

AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AIQUARA-BAHIA NUMA PERSPECTIVA GLOCAL

Miriam Moreira da Silva de Jesus¹
Universidade do Sudoeste da Bahia-UESB

Leiliane Barros Santos
professora da Rede Municipal de Ensino de Aiquara-Bahia

Resumo

Considerando a realidade da educação brasileira e principalmente as vivenciadas pelos municípios este artigo tenciona discutir as possibilidades e os desafios da Rede municipal de ensino de Aiquara-Bahia, numa perspectiva glocal. O vocábulo glocal será usado para retratar a abordagem que será feita considerando o aspecto macro (nacional) para chegar ao local (Aiquara). A escolha da temática justifica-se pelas vivencias no município como moradoras, alunas, professoras, presidentas do Conselho de Educação, gestoras e Coordenadora pedagógica, fatos que nos propiciou acompanhar bem de perto as possibilidades e desafios da Rede Municipal de Ensino. Para tal, metodologicamente, nos amparamos nas premissas da pesquisa documental segundo (LÜDKE e ANDRÉ, 1986) e numa pesquisa bibliográfica em autores que debatem sobre a temática.

Palavras-chave: Rede Municipal de Ensino. Possibilidades. Desafios.

289

Abstract

Considering the reality of Brazilian education and especially those experienced by municipalities, this article intends to discuss the possibilities and challenges of the municipal education network of Aiquara-Bahia, from a glocal perspective, an approach will be taken starting from the national and state scenario to reach the location (Aiquara). The choice of the theme is justified by the experiences in the municipality as residents, students, teachers, president of the Education Council, managers and Pedagogical Coordinator, facts that allowed us to closely monitor the possibilities and challenges of the Municipal Education Network. To this end, methodologically, we rely on the premises of documentary research according to (LÜDKE and ANDRÉ, 1986) and on bibliographical research on authors who debate the topic.

Keywords: Education. Municipal Education Network. Possibility. Challenges.

Introdução

A presença da Educação formal e institucionalizada é um traço marcante e tardio na história do Brasil. Além disso, historicamente a educação não obteve um espaço de prioridade

¹ Os dados de cada autor/ra devem ser inseridos após as referências, como exemplificado ao final deste modelo/template.

nas Políticas Públicas, fato que desencadeou diversos problemas no âmbito da formação do cidadão e no desenvolvimento do país.

Embora a Constituição Federal no seu Artigo 205 assegure que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal, 1988)

Observado a história da educação brasileira numa perspectiva diacrônica percebe-se que uma educação pública de qualidade, como direito de todos, tem sido uma luta constante e persistente, um desafio que perpassa todas as esferas: Nacional, Estadual e principalmente municipal e afetam diretamente as Redes municipais de ensino.

Segundo (HOUAISS, 2001) original da palavra rede, é “entrelaçado de fios, cordões, arames formando uma espécie de tecido de malha aberto, composto em losangos ou em quadrados de diversos tamanhos”. Assim a Rede Municipal de Ensino segundo (MEDEIROS, 2010) constitui-se num dos eixos estruturantes do Sistema de Educação de um determinado município, contemplando o conjunto de sujeitos docentes (diretores, professores, coordenadores pedagógicos, funcionários técnico-administrativos e de apoio) e de equipamentos educacionais (creches, unidades de educação infantil, escolas de ensino fundamental)

Diante dessa realidade questiona-se quais os desafios enfrentados pelas Redes municipais de ensinos? Por que os entraves insistem em continuar apesar de um cabedal de políticas públicas voltadas para a Educação? Como as Redes municipais tem se desdobrados para superar os obstáculos que encontram?

As Redes Municipais de Ensino no Brasil enfrentam diversos desafios como: dificuldade no financiamento da educação, na valorização dos seus profissionais, de promover a formação continuada, de desenvolver políticas públicas de estado. Entretanto, nesse artigo a partir das vivências dentro da Rede Municipal de Ensino de Aiquara como moradoras, alunas, professoras, presidenta do Conselho de Educação, gestoras e Coordenadora pedagógica fundamentadas em autores como (SAVIANI 2008; PARO, 2007; IMBERNON 2016) pretende-se discutir as possibilidades e os desafios das Redes Municipais de Ensino como um olhar mais direcionado para o município de Aiquara-Bahia.

As Redes Municipais de Educação: Papel, Possibilidades e Desafios

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 define com nitidez no título que trata da organização da Educação Nacional, em seu Artigo 11, as incumbências da Redes municipais de ensino:

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I– Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II– exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III– baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV- autorizar, e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V_oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;

VI- Assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.

Diante do exposto percebe-se que as Redes municipais de ensino possuem como possibilidade a autonomia de criar e gerir o seu sistema, oferecer a Educação infantil e como prioridade o Ensino fundamental. A Constituição Federal no seu artigo 4º ainda afirma que:

Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

291

No entanto, ao longo dos anos os municípios têm enfrentados grandes e graves obstáculos para cumprir o que está determinados na LDB 9.394/96. O regime de colaboração com os Estados, enfatizado na Constituição Federal existe, de maneira muito tímida e esporádicas. Conforme afirma Azeredo (2001)

Na Constituição Federal (BRASIL, 1988), no inciso I do artigo 208 refere a educação infantil como dever do Estado: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)” (BRASIL, 2006).

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL,1990), também estabelece no inciso IV do artigo 54 o dever do Estado em assegurar o “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. Posteriormente sua redação é alterada para “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade” (BRASIL, 1990).

O Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 na meta cinco (01) diz que até último ano de vigência pretendia-se:

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro (4) a cinco (5) anos de idade e ampliar a oferta da educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até três (3) anos até o final da vigência deste PNE. (BRASIL, 2014)

Contudo, os dados abaixo evidenciam o tamanho do desafio enfrentado pelas redes municipais para garantir as crianças o acesso a Creche e Pré-escola.

Quadro 01

Faltas de vagas e creche e Pré-escola nas cidades do Brasil

Anos	Cidades	Quantidades de crianças
2017	Fortaleza	100 mil crianças
2018	Pernambuco	1.600 crianças
2021	São Paulo	2,6 mil crianças.
2022	Salvador	15 mil crianças)

<https://g1.globo.com>

Outro entrave recorrente nas Redes Municipais de ensino no Brasil é relacionado a dificuldades de manter os alunos na escola, conforme se evidencia nos dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2015, realizado pelo IBGE

“No Brasil são 2.802.258 crianças e adolescentes longe da escola. Desses, 821.595 têm entre 4 e 5 anos, 387.512 estão na faixa dos 6 aos 14 anos e 1.593.151 têm de 15 a 17 anos” (IBGE, 2015)

E no estado da Bahia os dados também revelam a dimensão desses desafios:

Na Bahia, a faixa etária que tem maior número de jovens fora da escola é a de 15 a 17 anos, com 134.698. A segunda maior é a de 4 e 5 anos, que tem 46.243 crianças afetadas, seguida da faixa de 6 a 14 anos, com 39.412. (IBGE, 2015)

Além dos entraves acima citados no cenários educacional brasileiro percebe-se ainda a dificuldade de garantir uma gestão democrática e participativa, embora seja preconizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9.394, de 1996, em seu artigo **Art. 14.**

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: **II** - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A gestão democrática aqui concebida na perspectiva Oliveira (2009), que pressupõe o trabalho coletivo de elaboração do planejamento escolar e dos programas e currículos que permitem os profissionais da educação participar diretamente das decisões da vida cotidiana escolar e de sua gestão, objetivando o alcance da educação de qualidade.

Nessa concepção todos os envolvidos direta ou indiretamente no âmbito escolar são chamados a participar, por meio dos Conselhos Escolares, das decisões e discussões a serem desenvolvidos na escola. Porém, percebe-se que construção da gestão democrática no país é uma conquista de décadas de luta, que em muito município se manifesta ainda de forma tímida. Fato que no novo FUNDEB – Lei Federal nº 14. 113/2020 a Gestão Democrática entrou como condicionalidade para que os municípios estejam aptos para receberem as repasses da complementação-VAAR (Valor Aluno/Ano por Resultado).

As redes municipais de ensino no Brasil ainda possuem o desafio de melhorar os indicadores educacionais de aprendizagem, diminuir o número de analfabetos, de analfabetos funcionais e melhorar o desempenho nas avaliações externas como PISA e na SAEB.

As avaliações externas que os alunos brasileiros são submetidos revelam o quanto o Brasil precisa avançar no processo de aprendizagem. Segundo o INEP os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), uma avaliação internacional de aprendizagem, feita de forma amostral com alunos de 15 anos e coordenada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) realizada em 2018 mostrou que:

o Brasil tem baixa proficiência em leitura, matemática e ciências, se comparado com outros 78 países que participaram da avaliação 68,1% dos estudantes brasileiros, com 15 anos de idade, não possuem nível básico de matemática, o mínimo para o exercício pleno da cidadania. Em ciências, o número chega a 55% e, em leitura, 50%. Os índices estão estagnados desde 2009. (INEP, 2018)

Além do PISA os dados do Sistema e Avaliação da Educação Básica-SAEB, avaliação realizadas nos anos ímpares com os alunos do 5º, 9º revelam ainda mais o desafio da Educação do Brasil e das Redes Municipais de Ensino em melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O IDEB é um indicador sintético que relaciona as taxas de aprovação (rendimento escolar) , obtidas no censo escolar, com as médias de desempenho em Língua portuguesa e Matemática dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação básica (SAEB).

Quadro 02

IDEB no Brasil

	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Metas projetadas		3,1	3,2	3,3	3,6	3,9	4,4	4,6	4,9
Metas alcançadas	3,0	3,2	3,4	3,4	3,4	3,5	3,5	3,9	3,9

<https://qedu.org.br/brasil>

O quadro 02 revela que o Brasil alcançou as metas projetadas apenas nos anos de 2007, 2009, 2011 e desde 2015 tem se distanciado ainda mais do alcance das metas estabelecidas.

Quadro 03

IDEB na Bahia

	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Metas projetadas		2,7	2,8	3,0	3,3	3,6	4,1	4,3	4,3
Metas alcançadas	2,7	2,8	3,1	3,0	2,8	2,9	2,7	3,2	3,2

<https://qedu.org.br/brasil>

Assim como o Brasil, o estado da Bahia só alcançou as metas projetadas de 2007 a 2011 e de 2013 para cá tem se distanciado e assumido a posição dos piores indicadores nacionais. Embora segundo Assunção e Carneiro(2012) essas avaliações elaboradas de forma centralizada e padronizada e, portanto, descontextualizada da realidade das escolas situadas nas diversas regiões do país, para a educação como um todo e para o trabalho docente em particular, elas revelam dados que retratam a fragilidades do sistema educacional brasileiro.

A outra característica estrutural da política educacional brasileira, que opera como um desafio para Rede Municipal de ensino é a descontinuidade. Segundo SAVIANI, (2008) Esta se manifesta de várias maneiras, mas se tipifica mais visivelmente na pletera de reformas de que está povoada a história da educação brasileira. Essas reformas, vistas em retrospectiva de conjunto, descrevem um movimento que pode ser reconhecido pelas metáforas do ziguezague ou do pêndulo. A metáfora do ziguezague indica o sentido tortuoso, sinuoso das variações e alterações sucessivas observadas nas reformas; o movimento pendular mostra o vaivém de dois temas que se alternam sequencialmente nas medidas reformadoras da estrutura educacional brasileira.

2.0 A Rede Municipal de Aiquara: Possibilidades e Desafios.

2.1 Caracterização da Rede

Aiquara é uma pequena cidade situada no sul da Bahia, possui uma população de 4. 566 habitantes sendo 58,24% na zona urbana e 41,76% na zona rural e, também, o povoado de Palmeirinha, distante 13 km da sede. Possui uma área com 195.174km², banhados pelos rios Preguiça, na sede, e Rio de Contas, no povoado.

Pertence ao território de Identidade “Médio Rio de Contas” que congrega em seu bojo dezesseis cidades: Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamarí, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá e Ubatã. Por privilegio de primeira letra, Aiquara dá boas vindas a esta unidade identitária. De origem indígena, “Aiquara” significa “refúgio ou habitat das preguiças” segundo (Santos, 2023)

Segundo o Censo Escolar em 2021 o município possui 980 alunos, em 2022 e 2023 o município possui os seguintes número de alunos

Quadro 04

Quantidades de alunos da Rede municipal de ensino por etapas e modalidades.

Anos	Quantidade de alunos
2021	980
2022	1.348
2023	1267
Fonte: Censo, INEP – 2021	

O quadro de profissional é composto por sessenta e seis (66) professores efetivos, mais vinte três (23) contratados. Dos efetivos cinquenta e cinco (55) possuem mais de vinte e cinco anos de carreira (25) o que representa um quantitativo 83,33%. Desses apenas sete (07) atuam nos anos finais, o que representa 12,72% e o restante na Educação infantil e ensino fundamental anos iniciais.

A rede municipal de ensino conta ainda com três (03) Coordenadores pedagógicos efetivos e cinco contratados. Seis diretores, sendo três (03) escolhidos por votação e três (03) por nomeação (pois três escolas não apresentaram candidatos para concorrer às eleições) e quatro (04) vice-diretores. Um Psicólogo, um Psicopedagogo e um Assistente Social todos contratados.

A Rede Municipal de ensino é composta por seis escolas dessas, duas atendem a educação Infantil, duas (02) o Ensino fundamental anos iniciais e a modalidade da Educação para Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EPJAI), uma o Ensino Fundamental anos finais e uma (01), situado em Palmeirinha (Distrito) atende da Educação infantil ao ensino Fundamental anos iniciais e a Educação para Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EPJAI).

2.2 Possibilidades e os Desafios da Rede Municipal de Ensino de Aiquara

Conforme descrito na caracterização a Rede municipal de ensino de Aiquara é uma rede pequena, partindo do pressuposto de que quanto maior a rede, maiores são as demandas poder-se-ia afirmar que a situação de Aiquara é privilegiada em relação aos municípios que compõem o seu território, o Médio Rio das Contas. Como se verifica no quadro abaixo:

Quadro 05

Municípios do Território Médio Rio das Contas, número de escola e de alunos no ano de 2021, 2022,2023

ORD	Município	Nº de Escolas	Nº de alunos		
			2021	2022	2023
01	Aiquara	06	980	1.348	1.267
02	Apuarema	11	1.217	1.530	1.466
03	Barra do Rocha	15	1.094	2.606	1.986
04	Boa Nova	28	2.800	2.611	2.619
05	Dário Meira	25	3.769	3.602	3.248
06	Gongogi	17	1.508	1.725	1.710
07	Ibirataia,	36	3.266	3.758	3.600
08	Ipiaú	35	6.700	6.400	6.500
09	Itagi	24	3.644	3.013	3.600
10	Itagibá	20	3.077	2.982	3.026
11	Itamarí	13	1.550	1.431	1.224
12	Jequié	87	19.346	18.926	18.773
13	Jitaúna	27	2.494	5.392	5.136
14	Manoel Vitorino	23	2.816	2.627	2.461
15	Nova Ibiá	20	1.634	1.593	1.720
16	Ubatã	25	3.652	3.247	3.284
Fonte: Censo, INEP – 2021-2023					

A análise do quadro 05 permite constatar que a Rede Municipal de Aiquara é a menor do Território de Identidade tanto em número de escola e como de alunos. Essa realidade possibilitaria um trabalho mais minucioso, com maior acompanhamento, menores demandas no que tange a merenda escolar, transportes, materiais de custeio e permanente. O contato com a família torna-se melhor, pois há possibilidade de acesso de todas a escola.

O número reduzido de professores possibilita um acompanhamento mais individualizado pela coordenação pedagógica nas atividades completares, facilita a construção de projetos interdisciplinares e para desenvolver ação de formação continuada, ações que contribuiria para melhorar o processo de ensino aprendizagem, desenvolver um contato mais direto e

personalizados com os alunos o que poderia colaborar para diminuir os índices de evasão e abandono escolar.

No entanto, a Rede Municipal de Aiquara apesar de ter todas essas possibilidades, decorrentes do seu tamanho, ao longo dos anos o apresenta grandes desafios, mas abaixo faremos um recorte com os desafios, mais atinente da Rede municipal de ensino.

2.2.1 Desafio de promover permanência dos alunos na escola no noturno nos anos finais do ensino Fundamental.

A evasão escolar está dentre os temas que historicamente faz parte dos debates da educação pública brasileira e que infelizmente, ainda ocupa até os dias atuais uma grande importância no cenário das políticas públicas educacionais.

A palavra evasão significa fuga, abandono de um determinado recinto, de um lugar onde a pessoa tem o dever de estar. E no sentido, especificamente escolar significa abandonar a escola antes do término do curso ou do ano letivo, que pode ser permanente, no caso de alunos que abandonaram a escola e jamais voltaram e temporário no caso de alunos que abandonaram a escola num ano e no próximo voltaram a frequentá-la.

No município de Aiquara a evasão no noturno persiste e se arrasta ao longo dos anos, deixando as cadeiras escolares vazias. A análise dos quadros abaixo mostra a real situação da evasão no noturno, na única escola de ensino fundamental II da Rede Municipal, o Colégio Municipal Américo Souto.

Quadro 06

Matrícula e abandono no noturno de 2018 a 2023

Anos	Matrícula Inicial	Abandono	Porcentagem
2018	57	17	29,82%
2019	43	21	48,83%
2020	29	0	00%
2021	40	08	20%
2022	49	28	57,14%
2023	51	0	00%

Fonte: Livro de Ata dos resultados finais 2018 a 2023.

Quadro 07

Matrícula e abandono no noturno de 2018 a 2023 na EPEJAI

Anos	Matrícula Inicial	Abandono	Porcentagem
2018	33	22	66,66%
2019	27	19	70,37%
2020	27	0	00%

2021	11	02	18,18%
2022	62	44	70,96%
2023	52	04	7,7%

Fonte: Livro de Ata dos resultados finais 2018 a 2023.

Os dados do quadro 06 mostram um alto índice de evasão no noturno que se arrastam anos após, anos. Em 2020 devido a pandemia do novo Coronavírus, todos que se matricularam continuaram, pois nesse ano só houve entrega de atividades remotas. Em 2021 também devido a situação do ano continuun, a taxa de abandono foi baixa em relação a 2018, 2019 e 2022. No entanto, em 2022 após o retorno a presencialidade verifica –se que a taxa e abandono foi elevada. Na Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosa, como mostra o quadro 07, a evasão chegou a 70,37% em 2019 e de 70,96% em 2022

Reduzir os altos índices de evasão escolar no noturno passou a ser um grande obstáculos para a equipe do Colégio Municipal Américo Souto ao longo dos últimos anos. Durante este período lançou-se mão de discussões, projetos a curto prazo com o objetivo resolver esta situação. Dentre as tentativas pensadas foi realizado encontros com a equipe gestora, professores e alunos do noturno para tentar detectar as causas que os fazem evadir e eles relataram: “Desistimos por causa do trabalho, do cansaço, para procurar emprego, por causa da preguiça e da luta do dia a dia”.

Além das ações supracitadas foi criou-se em um projeto de intervenção que pretendia: Promover o acesso e a permanência de alunos mediante as seguintes ações: Divulgação das matrículas, reformulação da matriz curricular do noturno, implantação dos cursos profissionalizante Artesanato, Cabelereiro, Pintura), sorteios de brindes e premiação dos alunos mais assíduos a cada semestre realização de oficinas, atividade esportivas e melhoramento da merenda escolar. Dentre as ações propostas todas foram realizadas, exceto a implantação de cursos profissionalizantes por dificuldades financeiras, para investir no projeto. Um dos desafios vivenciado pelas Rede municipal de ensino local é ter recursos financeiros para custear projetos que seriam necessários para melhoria da rede.

O acesso é, certamente, a porta inicial para a democratização, mas torna-se necessário, também, garantir que todos os que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer, com sucesso. Assim, a democratização da educação faz-se com acesso e permanência de todos no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade. “O acesso, a permanência e sucesso caracterizam como aspectos fundamentais de democratização e do direito à educação.

2.2.2 O desafio de promover o sucesso da aprendizagem do aluno e melhorar o desempenho do município na avaliação externa do SAEB.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, desde a sua implantação em 1990, estruturou-se com o objetivo principal de oferecer subsídios para a formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas voltadas para educação.

Em 2007 Ministério da Educação (MEC), lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de melhorar substancialmente a educação oferecida às nossas crianças, jovens e adultos e criar condições para que cada brasileiro tivesse acesso a uma educação de qualidade, capaz de atuar crítica e reflexivamente no contexto em que se insere, como cidadão cômico de seu papel num mundo cada vez mais globalizado.

Para identificar quais são as redes de ensino municipais e as escolas que apresentam maiores fragilidades no desempenho escolar e que, por isso mesmo, necessitavam de maior atenção, apoio financeiro e de gestão, o PDE criou um instrumento denominado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Desde que passou a ser submetido a avaliação externa do SAEB o município de Aiquara revelou uma realidade educacional que necessitava de melhoras significativa, como se evidencia nos quadros baixo:

Quadro 08

IDEB do anos iniciais 5º ano

Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Meta Projetada		2,1	2,5	3,0	3,3	3,5	3,8	4,2	4,5
Meta alcançada	2,0	2,1	3,3	3,0	3,2	3,7	3,8	3,9	

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultados>

Quadro 09

IDEB dos anos finais 9º ano

Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Meta Projetada		2,2	2,3	2,6	2,9	3,3	3,6	3,9	4,5
Meta alcançada	2,2	2,1	2,6	3,0	2,5	2,4	2,7	3,3	3,9

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultados>

O quadro 08, IDEB dos anos iniciais, percebe-se que desde 2005 o município só não alcançou a meta projetada em 2013 e 2019. Em 2021 o resultado não foi divulgado devido o

número de alunos presente no dia da avaliação não alcançar 70%. Todavia no quadro 09 que mostra as metas projetadas para anos finais, o verifica-se que o município alcançou a meta apenas em 2009 e 2011. O que isso revela sobre a Rede municipal de ensino de Aiquara? Quais desafios esses dados impõem?

Os dados relativos aos resultados a avaliação externa, SAEB, evidenciam que a Rede Municipal de Ensino de Aiquara precisa avançar. Mas por que esses dados? Seria o quadro docente já cansado com mais de 83, 33% de professores com mais de 25 anos de carreira? A falta de formação continuada? A carência de acompanhamento das famílias nas atividades dos filhos? A deficiência de planejamento específico da Secretaria de Educação? Ou ausência de um olhar macro da gestão municipal para a Educação e para os índices de desenvolvimento da Educação?

Na Rede Municipal de ensino dos sessenta e seis (66) professores efetivos, apenas quatro (04) não possuem graduação, desse 02 atuam na educação infantil e dois no Ensino Fundamental anos iniciais. Os professores que lecionam no Anos finais todos são especialistas, três possuem mestrado, um na área e Ciência, outra na área de Matemática e outro o mestrado profissional na área de Letras.

Desde 2007 diversas ações vêm sendo desenvolvidas prospectado essa melhoria como: Encontros com os alunos, pais e responsáveis para conscientizá-los sobre a importância da avaliação, realização de reforço específicos para os alunos nos anos das avaliações, sorteios de brindes no dia da avaliação. Entretanto, os dados revelam que essas ações tem sido insuficientes para melhorar os resultados educacionais.

De maneira mais intensa a partir de 2021 Secretaria Municipal de Educação, por intermédio da Coordenação Pedagógica municipal em ação conjunta com as escola vem procurado desenvolver ações tencionando melhorar os resultados educacionais nas avaliações externas, porém os percalços são grandes. A questão financeira, atrelado a tímido regime de colaboração que existente entre os Estados e Municípios, principalmente para fomentar a Formação continuada dos professores. Além disso a falta de valorização dos profissionais, fato que contribuem para a aquisição de uma jornada diária excessiva que não possibilita espaço para estudo e uma formação permanente. Conforme afirma Imbernon (2016) “a formação permanente do professor está relacionado com o trabalho docente e tem impacto inegável na qualidade do ensino que eles oferecem aos alunos”. !IMBERNON, 2016 p. 100)

A qualidade tão requerida nos documentos oficiais que fundamentam a Educação como a LDB 9.394/96, O Plano Nacional de Educação, A Base Nacional Comum Curricular, As Diretrizes Curriculares, Os Parâmetros de qualidades em âmbito nacional; o Plano

Estadual de Educação, O Documento Curricular Referencial da Bahia em esfera estadual e A Lei Orgânica municipal, O Plano Municipal de Educação e Documento Curricular Referencial na esfera municipal só será alcançada quando ser concebida como afirma (Imbernon, 2016)

uma trajetória, um processo democrático e de construção de um projeto contínuo e compartilhado na educação, baseado na igualdade de oportunidade e na equidade, onde todos os que participam na aprendizagem buscam um processo de melhoria educativa em seu conjunto e de melhoria das aprendizagens dos alunos em particular. (Imbernon, 2016 p. 19)

2.2.3 Desafio de Implantar uma Gestão Democrática

A gestão democrática está presente na Constituição Federal de (1998) , na LDB 9.394/96 e na Lei Orgânica Municipal no Artigo 134 no inciso II que diz: “O sistema de ensino do Município será organizado nas seguintes diretrizes: Gestão democrática, garantindo a participação de entidades da comunidade na concepção, execução, controle e avaliação de programas educacionais” (Aiquara, 1990 p, 79)

No arcabouço da gestão democrática a eleições para diretores é uma ação basilar. A Lei orgânica Municipal no parágrafo único do Artigo 136 afirma: “Os diretores e vice-diretores dos estabelecimentos de ensino serão escolhidos entre os professores com mais de cinco (05) anos de magistérios, na forma da lei, através de eleições diretas”.(Aiquara, 1990 p. 80)

Mesmo estando presente na lei orgânica desde 1990 sendo pauta de discussões nas reuniões dos Sindicatos como APLB, está presente no Plano Municipal de Educação a escolha dos diretores sempre foi realizada por indicação política partidária. Com a Lei do Novo FUNDEB que estabeleceu como condicionalidade para receber a complementação do VAAR o município precisou fazer a eleição para gestor escolar.

Todavia das seis (06) escolas da Rede Municipal de ensino apenas 03 tiveram candidatos. Esses fatos evidenciam que falar de gestão democrática, escrever sobre pode ser bonito, fácil, porém no momento de viver poucos educadores estão disponíveis para vivenciar a gestão democráticas.

Considerando que uma sociedade democrática só se desenvolve e se fortalece se contar com a ação consciente e conjunta de seus cidadãos. Não deixa de ser paradoxal que se a escola pública, lugar supostamente privilegiado do diálogo e do desenvolvimento crítico das consciências, ainda resista tão fortemente propiciar valores e conhecimentos que capacite e encoraje seus alunos a exercer de maneira ativa sua cidadania na construção de uma sociedade melhor. (PARO, 2007, p. 18).

Outra barreira para se efetivar a gestão democrática é a participação ativa dos colegiados escolares com bem preconiza A LDB 9394/96 no Art. 14º aduz

Art. 14º “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: **I** - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.
VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da Sociedade com a escola”.

No município nos últimos anos tem-se verificado uma fraca participação dos pais e pouco interesse da comunidade escolar em fazer parte deste órgão colegiado. Muito se dispõe para participar para cumprir uma tarefa burocrática e assim “ajudar a escola”, mas não estão dispostos a reunir-se, participar, propor soluções e acompanhar de perto as ações e decisões da escola.

Considerações Finais

A educação é processo de transformação do indivíduo, por isso ela é fenômeno inteiramente concretizado no crescimento pessoal e grupal, poder-se-ia ainda afirmar que ação educativa é um processo de busca de identidade, de desenvolvimento global do ser humano. Conforme preconiza assegura a Constituição Federal (1998) ela é um direito de todos e dever do Estado e da família.

Todavia, durante a elaboração desse artigo, foi possível constatar as possibilidades e os grandes desafios enfrentados pelas Rede Municipais de ensino do Brasil e mais especificamente do município de Aiquara para ofertar uma educação de qualidade e com equidade para todos. Os dados analisados refletiram a robustez desses obstáculos.

A qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, que envolve múltiplas dimensões. Em outros termos, a qualidade da educação envolve dimensões extra e intraescolares e, nessa ótica, devem se considerar os diferentes atores, a dinâmica pedagógica, ou seja, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem, bem como os diferentes fatores extraescolares que interferem direta ou indiretamente nos resultados educativos.” (DOURADO, 2009 p. 200

Dessa forma, conclui-se que ” não se pode mudar a educação sem propor seriamente um novo conceito e uma nova mentalidade para analisá-la, e isso já é mais difícil e requer opções políticas que muitas vezes não se verifica. Como afirma Imbernón (2016) são necessárias muitas mudanças para mudar a educação

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº 9.394/96

DOURADO, LUIZ FERNANDES e OLIVEIRA, João Ferreira de. **A qualidade da Educação: perspectivas e desafios** Cad. Cedes, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009 201 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

GESQUI, L. C.; FERNANDES, A. G. Desafios na oferta de vagas em creches da rede pública municipal de ensino *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 15, n. 05.

<https://d24am.com/artigos/maria-do-carmo-seffair/analfabetismo-funcional-e-a-realidade-brasileira> Janeiro de 2021

[https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=A%20taxa%20de%20analfabetismo%20para,\(3%2C6%25\)](https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=A%20taxa%20de%20analfabetismo%20para,(3%2C6%25)).

<https://g1.globo.com/ceara/noticia/mais-de-100-mil-criancas-estao-fora-da-escola-em-fortaleza-por-falta-de-vaga-diz-conselho-tutelar.ghtml>

<https://qedu.org.br/brasil>

<https://qedu.org.br/municipio/2900603-aiquara/ideb>

IMBERNOM, Francisco. **Qualidade do ensino e formação do professorando; uma mudança necessária**. –São Paulo: Cortez, 2016

Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente

MEDEIROS, L.G.M. **Rede municipal de ensino**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

PARO, Victor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo, Ática, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SANTOS, Zenildo. **A cultura escolar e o ensino de matemática do Ginásio Municipal Américo Souto, Aiquara-BA (1970-1980)**. Tese (doutorado) – Programa de Pósgraduação em Ensino e Histórias das Ciências e da Matemática, Universidade Federal do ABC, São

André – SP, 2023. (prelo).

Autor 1:



Nome Completo: Miriam Moreira da Silva de Jesus
Discente do Programa de Pós-graduação stricto sensu-
mestrado acadêmico em Educação Científica e Formação de
professores de Ciência e Matemática da Universidade do
Sudeste da Bahia- campus de Jequié-Bahia.

Email: miriammoreiraj@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3302686278067486>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-7040-0376>

Autor 2:



Nome Completo: Leiliane Barros
Licenciada em Matemática pela FTC, professora da Rede
Municipal de Ensino de Aiquara-Bahia

Email: Le_lebarros@yahoo.com.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7433236786455915>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6171-543X>